

## EDULETTERS

### *O desiderato do ensino profissional no interior do país*

**Margarida Araújo<sup>1</sup>**

---

A eduletter que apresento reflete, de forma simplista, sobre a evolução do estado do ensino profissional em Portugal nos últimos anos e a forma como tem sido balizado face às delimitações geográficas, aos problemas sociais, demográficos e educacionais que caracterizam todo um país que caminha a duas velocidades. Assumindo como um dado adquirido a problemática existencial em torno da conjuntura social, económica e cultural que se reflete num incerto modelo escolarizado e consequentemente numa redução do número de candidatos ao ensino profissionais na zona interior do país a cada ano que passa. Neste contexto, vamos tentar encontrar algumas explicações para as questões: *“Será o ensino profissional uma brecha às respostas da escola pública? Considerando a localização geográfica e a baixa densidade populacional, quais os maiores entraves à fixação dos alunos? Quais as motivações que levam os alunos a inscreverem-se no ensino profissional? Serão os alunos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) uma tábua de salvação para a continuidade das escolas profissionais nesta zona do país?”*

Para uma melhor perceção do problema iremos analisar uma entrevista realizada junto da diretora da Escola Profissional de Hotelaria de Manteigas.

---

<sup>1</sup> [S-mnsparaujo@ucp.pt](mailto:S-mnsparaujo@ucp.pt)

## O reconhecimento ético das escolas profissionais

2

Após três décadas de regularização das Escolas Profissionais em Portugal com o advento no, então, Ministérios da Educação e do Trabalho, após o ano de 2005, passa a fazer parte da jurisdição do Ministério da Educação, acabando por ser oficializado como parte integrante do sistema educativo ancorado na base de Classificação Internacional Tipo de Educação (ISCED).

Durante anos, este modelo de ensino apresentou-se como uma “bola de neve” com contornos complexos e burocráticos que se foi desenvolvendo de forma paradoxal. Primeiro porque se tratava de uma inovação social relevante no ensino, segundo, porque era encaradas com contornos marginais que caminhavam “paredes meias” com as ofertas educativas tradicionais, viabilizadas pelas escolas secundárias (Orvalho et al., 2017).

O governo criou a designada “via vocacional” associada a uma terceira modalidade de ensino, “com a integração plena do país na Comunidade Económica Europeia, surgiu na sequência da Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986, altura a partir da qual, se criou o subsistema das escolas profissionais privadas”(Barbosa et al., 2019, pág.4) equiparadas a uma igualdade de oportunidades educativas e à universalização do acesso à educação após a conclusão do 3º Ciclo do Ensino Básico, apesar de a “diversificação de oportunidades de educação e formação, após a escolaridade básica de nove anos, nunca tivesse sido uma questão ideológica incontroversa...”(Azevedo, 2015, pág.5). À época, defendia-se um reconhecimento ético da escola num combate aos níveis de insucesso e abandono escolar, na urgência de mitigar a dilatação entre os padrões de desenvolvimento médio de Portugal relativamente à União Europeia, no que respeitava aos modelos da educação(Ciofe, n.d.).

Neste contexto, o ensino profissional tornou-se um subsistema integrado numa trajetória de estabilização que procurava uma definição de um modelo de inovação social com incentivo à participação de agentes sociais e locais, cuja cumplicidade e formas de atuação solidária pretendiam passar além dos sonhos, na ânsia de um melhor e mais risonho

futuro, articulando parcerias com múltiplas instituições dinamizadoras e promotoras do desenvolvimento social, que permitiam uma maior “flexibilização e diversificação dos percursos educativos dos estudantes, bem como uma aprendizagem autocentrada, assente num acompanhamento pedagógico personalizado e no primado da dimensão formativa da avaliação”(Vieira & Azevedo, 2007, pág.3).

No início dos anos 90, os aspetos burocráticos continuavam a ser encarados como o “calcanhar de Aquiles” no que respeita ao processo de implementação das escolas profissionais onde imperavam as incertezas relativamente à constituição jurídica, modelos de financiamento e órgãos de direção. As autarquias municipais passam a ser as instituições públicas que mais instigaram ao desenvolvimento e dinamização sociocomunitária, no sentido de se promover um ensino articulado e de qualidade conjuntamente com a sociedade civil e populações locais que se foram associando e constituindo segundo:

- ✓ um modelo de gestão autónoma e privada destas instituições, sob o signo da confiança e sem prejuízo da natureza pública da sua atividade, natureza esta inequivocamente inscrita na matriz normativa que criou as escolas profissionais;
- ✓ muitas instituições e inúmeras competências de empreendimento e de cooperação ainda “dormentes” foram despertadas na sociedade portuguesa, em liberdade, constituindo âncoras locais para o fomento do ensino profissional e do desenvolvimento sociocomunitário;
- ✓ criou-se uma nova oportunidade educativa que foi amplamente procurada ao longo de muitos anos por uma população jovem que se encontrava motivada para a realização de um percurso de formação inicial mais curto (podendo incluir ou não o acesso ao ensino superior), mais prático e articulado com os seus contextos de vida e capaz de promover a sua participação cidadã e a sua integração social e profissional (Azevedo, 2015, pág.10).

## Uma questão de ritmo ....vocação.

4

Ao falarmos de ensino profissional, somos transportados num imediato para a ideia de um subsistema de ensino adaptado a alunos com percursos escolares difíceis, ou referenciados como alunos de segunda, os designados “*maus alunos*”. Todavia, à luz de relatos vivos, o ónus não deve ser unicamente colocado nestes jovens, incompreendidos e rotulados de destituídos de capacidades, mas deve ser colocado também, na escola, que na sua generalidade e nos moldes existenciais, não é suficientemente atrativa, e também não incentiva de forma favorável a generalidade dos alunos a enveredar por um via profissionalizante. Menos incentivo existe quando se trata de alunos que conseguem aprendizagens mais positivas e satisfatórias ao longo do percurso escolar, apesar da própria vocação para entrada quase imediata no mundo do trabalho e enveredar por um sistema que surgiu como “uma alternativa de formação inicial com identidade pedagógica própria e com um papel específico a desempenhar no contexto de educação e formação, na qualificação e certificação de jovens” (Barbosa et al., 2019, pág.13).

É certo que, por norma, as expetativas dos alunos após o 9º ano de escolaridade são baixas, e associam-se a uma boa dose de desmotivação e desinteresse face ao modelo escolarizado e livresco que ainda impera no século XXI. Todavia, (Oliveira, 2021) entende que, é preciso sonhar, exprimir esperança e fornecer todo um corpo inteiro: “cabeça para prosseguir de modo orientado, braços para acolher todos os atores disponíveis e pernas para andar e não tropeçar na primeira dificuldade”. Continua, pois, a existir um enraizamento ideológico que persiste em não ultrapassar e desmistificar esta modalidade de ensino, entendida pela comunidade, como uma fraca representação social, onde são os próprios contextos escolares a fazer questão de desacreditar esta variante de ensino, incutindo vícios e fazendo crer que se trata de uma resposta educativa de segundo plano, direcionada para os “*maus alunos*”. Trata-se de facto, de um fenómeno complexo nas suas múltiplas dimensões fazendo recordar o enredo expresso na obra de Jane Austen “*Pride and Prejudice*”. Uma questão de orgulho ou de preconceito?

A cada ano que passa, ao número de alunos matriculados no ensino tradicional tem sido muito superior ao número de candidatos às escolas profissionais cuja formação os capacita, qualifica e lança, num imediato, para o mercado de trabalho conduzindo a um conjunto de benefícios sociais e económicos expressos numa melhoria dos resultados do mercado de trabalho, coesão social, oportunidades de emprego, inclusão de grupos desfavorecidos, satisfação de vida, motivação individual, entre tantos outros benefícios. A este propósito podemos estruturar uma trilogia de índole pessoal e motivacional exposta de acordo com os conceitos de missão, vocação e profissão dos candidatos.



Figura 1. Visão tridimensional do aluno  
(elaborada pela autora)

A figura 1, representa a missão do ensino profissional, como parte de uma brecha da escola pública, que caminha de mãos dadas com os pares e com a comunidade, num circuito renovado e orientado, de acordo com os valores intrínsecos e subjacentes a estas instituições, à própria comunidade e aos candidatos. Falamos também no sentido de vocação como forma de compromisso face à incerteza da ação reforçada por um ensino especializado e reconhecido, não só através de uma cultura inovadora e adaptada aos tempos de mudança em termos de equilíbrios de valores fortalecidos por múltiplas parcerias que se abrem aos estágios tornando-se num imediato, entidades empregadoras fornecendo o seu contributo para a realização profissional e estabilidade pessoal dos próprios alunos.

## A missão e tipologia de ensino

As escolas profissionais regem-se por procedimentos educativos sólidos e de elevado nível cultural, criativo e pedagogicamente inovadores, tentando colmatar as necessidades de cariz social e garantindo uma atividade largamente qualificada, que se conjuga com um modelo prático e de cidadania participada. Durante muitos anos, os alunos portugueses, aceitaram o mesmo limiar de conhecimento e competências ao enveredar por uma via profissionalizante como primeira escolha.

Hoje vivemos a idade das máquinas inteligentes, uma *thumb generation*, onde o encontro com o “eu” se encara como uma miragem impossível de se fazer encontrar. Uma geração Y que se encontra conectada com os 10 dedos, como defende (Moura, 2009). Simultaneamente, necessita de um reforço e um maior alcance profissional numa sociedade cada vez mais imbuída em incertezas, não permitindo que os alunos fiquem prisioneiros de um modelo em tudo especializado para um posto de trabalho e desligados dos contextos económicos e sociais que (Orvalho et al., 2017, pág.11) entendem ser “um tempo em que a precariedade aumenta e as vinculações parecem volatilizarem-se, em que cresce o número de jovens muito escolarizados “Nem Nem” : nem trabalham, nem estudam, nem estão em

formação, nem são devidamente acompanhados por alguém”. Num mundo de entusiasmo e incerteza com foco direcionado para o reforço de um ensino especializado com uma participação cada vez mais crítica, criativa e capaz de responder às atuais e futuras exigências da sociedade, o ensino profissional deve ser mais abrangente e conectado com as políticas públicas e educativas.

### **Um país a duas velocidades....**

A reflexão em torno do ensino profissional na zona interior do país surge como um problema preocupante face ao processo de aculturação de mentalidades e um delineamento de políticas públicas direcionadas para os contextos interiorizados, na perspetiva de alcançar uma maior igualdade de oportunidades entre as diversas regiões do país. O propósito que fundamenta o nosso problema objetiva perceber as dificuldades e necessidades das escolas profissionais, compreender a realidade educativa e identificar respostas.

Portugal sempre se deparou com assimetrias no que respeita ao alcance de oportunidades de desenvolvimento social e económico. No interior, os desafios são exigentes, incertos e sem pilares de sustentação seguros. O ensino profissional “luta” por um lugar ao sol, onde se continua a perpetuar as diferenças circunscritas às mais-valias do litoral em oposição aos heróis e guerreiros do interior. Esta é uma imagem histórica de Portugal que continua a acentuar as diferenças em termos de oportunidades de desenvolvimento, fixação das populações, acessibilidades e empregabilidade. Não só em termos demográficos, mas também em relação a medidas essenciais para fixação das populações jovens no interior do país. Será imprescindível mapear as necessidades de cada região interior para diminuir a distância “a anos luz” das zonas do litoral, como alguém referiu um dia “adia-se o que é essencial, em nome de uma urgência, e acaba por se esquecer a urgência, em nome do que é essencial”. Os candidatos ao ensino profissional continuam a ser a expectativa de renovação e fixação que o interior precisa, sendo fundamental fornecer-

lhes as ferramentas essenciais para uma melhor integração no mercado de trabalho, um contacto com estruturas empresariais que permitam as práticas pedagógicas mais adequadas a uma qualificação profissional e acompanhamento diversificado e diferenciado.

Para percebermos, de perto, todo o contexto, foi realizada uma entrevista à diretora da Escola Profissional de Hotelaria de Manteigas que relata uma realidade oculta em torno da qualidade de vida invejável que existe na Serra da Estrela, mas que paradoxalmente não é condição suficiente para despertar a motivação e o interesse dos alunos que aí se querem fixar e simultaneamente não encontram vias para o fazer. Os dados obtidos resultam da transcrição de uma entrevista e foram tratados através do programa de análise qualitativa NVivo. Foi codificado um total de 100% de casos, distribuídos por cinco categorias: alunos, burocracia, futuro localização e problemas genéricos.

Codificação	Cobertura de percentual
Casos\\EDEHM	100,00%
Códigos\\alunos	29,71%
Códigos\\burocracia	0,73%
Códigos\\futuro	9,03%
Códigos\\localização	2,37%
Códigos\\problemas	25,79%

*Figura 2. Análise de categorização  
(elaborada pela autora)*

Quisemos saber as motivações, os problemas / desafios e as expectativas aos olhos de uma diretora que insiste e persiste em desmistificar a configuração social de um modelo de ensino, que confere uma equivalência ao 12º ano e acrescer uma qualificação profissional de nível IV “quando as condições parecem ser propícias para tomar uma decisão vocacional” (Martins & Martins, 2015, pág. 144)

## Análise e conclusões da entrevista

9

Codificação	Excerto da entrevista
1. Localização	<p>&lt;Arquivos\VEDEHM&gt; - 5 1 referência codificada [2,37% Cobertura]</p> <p>Referência 1 - 2,37% Cobertura</p> <p>. Na Serra da Estrela há muitos hotéis e restaurantes e estes alunos vão exercer lá a sua profissão sem qualificações adequadas.</p>
2. Alunos	<p>&lt;Arquivos\VEDEHM&gt; - 5 5 referências codificadas [29,71% Cobertura]</p> <p>Referência 1 - 2,82% Cobertura</p> <p><u>alunos da terra, que vão estudar para fora e depois acabam por regressar a terra natal, onde exercem serviço, não qualificado de restauração e hotelaria.</u></p> <p>Referência 2 - 8,89% Cobertura</p> <p>Nós temos muitos meninos de S. Tomé mas acontece que <u>o visto nunca chega a tempo</u>, depois têm que ser dados como <u>desistentes</u> e isso interfere com o nº de alunos no final de cada ano letivo, que de facto não corresponde exatamente às matrículas do mês de setembro. Nós somos um organismo vivo <u>multicultural</u> temos com especial ênfase na comunidade lusófona, búlgaros e ucranianos. De facto, neste momento os alunos de S. Tomé ainda estamos à espera deles. Ou seja: temos 7 alunos e faltam 8.</p> <p>Referência 3 - 6,34% Cobertura</p> <p>A principal motivação é mesmo o <u>gosto pela cozinha</u> e o facto de o mercado estar com tanta <u>falta em arranjar profissionais</u>. A nossa <u>taxa de sucesso é de 100%</u> e a taxa de empregabilidade é também de 100%. No fundo eles sabem disso. Que terminando ou mesmo não terminando já <u>têm emprego garantido</u> e essa é a maior motivação que os alunos podem ter</p> <p>Referência 4 - 7,80% Cobertura</p> <p>Somos também solicitados frequentemente para participar em múltiplos eventos e outros projetos paralelos à escola, uma vez que como parceiros temos, para além da câmara, os chamados parceiros em contexto de trabalho: hotéis de 4 e 5 estrelas e pousadas de Portugal, onde os alunos vão fazer os estágios. Portanto os nossos alunos têm <u>dupla certificação</u>, podem enveredar pelo mundo do trabalho ou seguir para o ensino superior.</p> <p>Referência 5 - 3,86% Cobertura</p> <p>Somos uma escola que já teve 108 alunos e agora está com 38. Eu acho que nem toda a gente pode ser doutora. E a nossa escola está mesmo <u>direccionada para a hotelaria</u>, com todas as componentes muito desenvolvidas</p>

### 3. Problemas

<Arquivos\VEDEHM> - 5 referências codificadas [25,78% Cobertura]

Referência 1 - 6,16% Cobertura

No caso da nossa escola é a única direcionada para a hotelaria, os alunos vêm mesmo por vocação, no entanto como também há estes cursos nas escolas publicas, estamos a ter um grave problema. É pela falta de alunos, que também não é só problema desta escola, é geral. Portanto, penso que sim, que poderá ser uma brecha do ensino público.

Referência 2 - 9,36% Cobertura

Nós temos um problema aqui que é o problema da interioridade. Relativamente às acessibilidades é um problema gravíssimo. À sexta feira temos que fazer uma gestão das atividades até às 13 horas para os alunos apanhar o último transporte. No regresso do fim de semana, ao domingo, a câmara vai buscar os alunos às suas localidades (Famalicão da serra, Guarda, Covilhã e Belmonte) e tem sido uma mais valia e um chamariz para manter a escola. Portanto há falta de incentivos, de reconhecimento e condições de acesso.

Referência 3 - 4,75% Cobertura

sabendo que há falta de profissionais de hotelaria vão tirar cursos diferentes para acabar por exercer esse serviço na restauração. Na Serra da Estrela há muitos hotéis e restaurantes e estes alunos vão exercer lá a sua profissão sem qualificações adequadas.

Referência 4 - 2,97% Cobertura

Infelizmente só conseguimos 15 vagas para o curso de cozinha / pastelaria. Os outros dois não tivemos alunos. No total estamos com 38 alunos que abrange os 3 anos.

Referência 5 - 2,53% Cobertura

Eu quero acreditar que vai correr melhor. Devia reduzir-se tanta burocracia. Somos uma

### 4. Burocracia

<Arquivos\VEDEHM> - 1 referência codificada [0,73% Cobertura]

Referência 1 - 0,73% Cobertura

Devia reduzir-se tanta burocracia. Somos

### 5. Futuro

<Arquivos\VEDEHM> - 3 referências codificadas [9,04% Cobertura]

Referência 1 - 2,81% Cobertura

Este ano 2022- 23 tínhamos aprovados pela DGesT3 cursos:  
- curso técnico de cozinha / pastelaria;  
- curso de restaurante/ bar;  
- curso de receção;

Referência 2 - 5,50% Cobertura

Somos também solicitados frequentemente para participar em múltiplos eventos e outros projetos paralelos à escola, uma vez que como parceiros temos, para além da câmara, os chamados parceiros em contexto de trabalho: hotéis de 4 e 5 estrelas e pousadas de Portugal, onde os alunos vão fazer os estágios

Referência 3 - 0,73% Cobertura

Eu quero acreditar que vai correr melhor

A diretora da Escola Profissional que entrevistámos assume o cargo desde o dia 1 de outubro de 2019, todavia acumulava o cargo de diretora financeira com o de serviço docente

desde o ano de 1998 (24 anos). Devido à longa permanência neste estabelecimento de ensino, conhecimento de toda a dinâmica escolar em torno deste organismo vivo que é o ensino profissional na zona da Serra da Estrela, forneceu-nos informações preciosas e relevantes para um melhor entendimento da problemática.

Quando questionada sobre **a evolução do número alunos nos últimos 3 anos** num total de referências codificadas de 29,71% de cobertura; [codificação alunos- referência 2- 8,89% cobertura]. Refere que no final do ano são sempre menos, porque aos alunos de S. Tomé nunca lhes é concedido o visto a tempo. Assim no início do ano civil, têm que ser dados como desistentes e isso interfere com o número de alunos no final de cada ano letivo. Acrescenta ainda que, a escola é um organismo vivo multicultural onde existe uma comunidade lusófona, búlgaros e ucranianos. Relativamente às **motivações que levam os alunos a inscreverem-se na sua escola**. O gosto pela cozinha e o facto de existir carência de profissionais no mercado de trabalho são os argumentos apresentados, a par de a taxa de sucesso ser de 100% e a taxa de empregabilidade também de 100%. Os alunos sabem disso. Que terminando ou mesmo não terminando já têm emprego garantido [codificação alunos- referência 3- 6,34% cobertura].

Em relação aos problemas gerais que afetam a escola, perguntámos se: **Considerando a localização geográfica e a baixa densidade populacional, quais os maiores entraves à fixação dos alunos?**

Como respostas, foi realizada **uma cobertura total de 25,78% de referências correspondendo a uma** [codificação 8,89% cobertura dos problemas diagnosticados].

O aspeto das acessibilidades tem sido um problema gravíssimo, no entender da diretora. À sexta feira é feita uma gestão das atividades até às 13 horas para os alunos apanharem o último transporte. Outro problema tem a ver com a fixação dos jovens que não gostam de ficar nas zonas rurais e procuram espaços onde beneficiem de outras experiências educativas e num local citadino, de preferência. Mesmo alunos da terra, vão estudar para fora e depois acabam por regressar a terra natal, onde exercerem serviço, não qualificado de restauração e hotelaria.

“Não entendo como jovens, sabendo que há falta de profissionais de hotelaria vão tirar cursos diferentes para acabar por exercer esse serviço na restauração. Na Serra da Estrela há muitos hotéis e restaurantes e estes jovens vão exercer lá a sua profissão sem qualificações adequadas”.

Quando perguntámos se: **Os dos PALOP têm sido uma tábuca de salvação para a EPHM se manter aberta?** Não houve hesitação em responder que “é importante termos esses alunos para constituição de turmas em termos de POCH (programa Operacional Capital Humano) porque se não houvesse esse número de alunos a DGeT não abriria turmas.

Relativamente às perspetivas **de futuro do Ensino Profissional no Interior do país** foi realizada uma cobertura total de 9,04 % de referências. A mesma diretora tem confiança num futuro melhor e acredita que vai correr bem apesar de ser uma escola que já teve 108 alunos e agora está com 38 a abranger os três anos. “Este ano 2022- 23 tínhamos aprovados pela DGeT3 os cursos de: técnico de cozinha / pastelaria; curso de restaurante/ bar; curso de receção. Infelizmente só conseguimos 15 vagas para o curso de cozinha / pastelaria. Os outros dois não tivemos alunos.”

## Referências Bibliográficas

- Azevedo, J. (2015). Ensino Profissional em Portugal, 1989-2014: Viagem da periferia para o centro das políticas educativas. *40 Anos de Políticas de Educação Em Portugal: A Construção Do Sistema Democrático de Ensino, I*, 411–468.
- Barbosa, B., Melo, A., Rodrigues, C., Santos, C. A., Costa, F., Dias, G. P., Filipe, S., Traqueia, A., & Nogueira, S. (2019). Caracterização do Ensino e Formação Profissional em Portugal - Análise de dados secundários, 2015-2019. *Edulog*, 1–104.
- Ciofe. (n.d.). *Reconhecimento Validação Certificação*. 3.
- Martins, E., & Martins, S. (2015). Alunos do ensino vocacional e profissional do interior de Portugal nos meandros da intervenção social e escolar. *Boletim Técnico Do Senac*, 136–161. <http://repositorio.ipcb.pt/handle/10400.11/2972>
- Moura, A. (2009). Geração Móvel: Um ambiente de aprendizagem suportado por tecnologias

móveis para a “Geração Polegar.” *VI Conferência Internacional de TIC Na Educação*, 49–77.

Oliveira, S. R. (2021). Os quatro "segredos" do ensino profissional. *Escola Virtual*. <https://www.escolavirtual.pt/Blogue/Artigos/os-quatro-segredos-do-ensino-profissional.htm>

Orvalho, L., Alves, J. M., & Azevedo, J. (2017). ( Re ) *Encontrar e Projetar o Ensino Profissional para o século XXI*.

Vieira, M., & Azevedo, J. (2007). *Factores Que Promovem O Sucesso Educativo Nas Escolas Profissionais*. 5, 1–167.